

## **A transação fica para 2019...**

*ANTONIO DELFIM NETTO*

Parece que o presidente Temer decidiu que a Previdência não vai continuar entulhando o caminho dos 11 meses que lhe restam de governo, mas voltou a reafirmar a sua decisão de ser julgado no futuro como o governo com maior densidade de "reformas" num mandato de apenas 30 meses.

Diante da pobreza do relatório da CPI do Senado sobre o gravíssimo problema do insustentável regime de Previdência Social, parece inútil insistir no encaminhamento de sua solução. Encerramos 2017 com um déficit de R\$ 182 bilhões no regime operado pelo INSS, que atende a mais ou menos 30 milhões de beneficiários. Se a ele somarmos o déficit da previdência do setor público (civil e militar) da ordem de R\$ 86 bilhões de reais, e que atende a quase um milhão de beneficiários, chegamos a um déficit da Previdência federal da ordem de R\$ 268 bilhões.

O resultado da tragédia é que gastamos 57% das despesas do governo com os aposentados, sacrificamos as demais despesas,

deixamos um déficit primário de R\$ 118 bilhões e um nível de investimento desastroso (0,7% do PIB). E isso só no governo federal. O problema é também grave nos Estados e municípios.

Presidente Temer quer consolidar sua posição de "reformador"

A rápida redução da taxa de fertilidade, combinada com o aumento da longevidade, alterará, em poucos anos, a estrutura da nossa população. Graças às mudanças da educação das mulheres e aos avanços criados pela medicina, o IBGE revela que a população brasileira envelhece a uma velocidade maior do que a de outros países. Para nós, portanto, o futuro chegará mais cedo e não temos como fugir dele. A demografia não perdoa!

Os números acima revelam uma desigualdade inadmissível numa república: o custo anual de um aposentado no serviço público é equivalente ao de 14 aposentados de

setor privado! Essa situação é insuportável do ponto de vista fiscal e inaceitável do ponto de vista moral. Ela produz uma redistribuição de renda a favor da alta burocracia estatal não eleita, que cresce sem nenhum controle, o que é altamente corrosivo para a solidariedade social. Reduz, também, a renda indireta da classe menos favorecida, que precisa do suporte governamental para gozar de benefícios mínimos: segurança, saúde, educação, mobilidade urbana.

Diante desses fatos, foi surpreendente a incapacidade de comunicação do governo de transmitir o problema à maioria da sociedade. A gigantesca confusão que se armou deliberadamente, com a judicialização da ação política e a recíproca politização da justiça, criou um ambiente onde foi relativamente fácil divulgar uma notícia "falsa": que a reforma da Previdência prejudicaria os mais pobres. Esses foram enganados. Por desconhecimento, apoiaram exatamente os beneficiários das desigualdades que lhes roubam mais





e melhores serviços públicos.

E qual será a solução, se os detentores do poder continuarem a insistir nos "direitos adquiridos" depois de esgotarem-se os recursos orçamentários? Tomá-los diretamente dos mais pobres com aumento de impostos para reduzi- lhes o consumo e, indiretamente, reduzindo a oferta de segurança, saúde, educação etc. Quando a resistência a esse método esgotar a paciência da sociedade, se recorrerá à mais cruel das taxações: a inflação, um imposto que incide sobre os mais pobres!

O que o "povão" precisa introjetar é que quem financia os privilégios dos poderosos é ele mesmo! Escolhe-se diretamente o Poder Legislativo nas urnas e indiretamente, por concurso público, a burocracia não eleita, protegida das variações naturais da conjuntura por garantias constitucionais. Tais garantias assumem aos olhos dos seus beneficiários a natureza de "direitos divinos", quando ignoram as

limitações físicas, impostas pela realidade.

Quando, entretanto, a insolvência do Estado bate à porta (que é o nosso caso atualmente), a obtenção do relativo equilíbrio fiscal pretere, por bem ou por mal, o mito do "direito adquirido". Basta ver o que está acontecendo em alguns Estados e municípios. Ou, então, o que aconteceu na Grécia e Portugal, cuja Constituição, aliás, inspirou a brasileira. O atraso na decisão de fazer o ajuste ordenado sempre termina num ajuste caótico e num sofrimento muito maior de toda a população.

Ainda não chegamos a esse momento e é por isso que tinha razão o presidente Temer em insistir na reforma previdenciária para facilitar a vida do poder incumbente que será eleito em outubro. Ele em nada se beneficiará, porque a situação ao longo de 2018 ainda será manobrável. Quem vai ter problema antes do fim do seu mandato será o próximo presidente. Isso leva à

conclusão que quem não tem interesse em aprová-la são os partidos que não têm esperança de poder em 2019 e poderão "transacionar", de novo, os seus votos na próxima legislatura...

Temer tem mais razão ainda quando, diante da oposição do Congresso à aprovação da modesta reforma da Previdência que "sobrou" da original, substituiu-a por outras "reformas" (medidas infraconstitucionais nas áreas da administração, especialmente, tributária) para aproveitar os 11 meses que lhe sobram e consolidar a sua posição de "reformador" que a história - a despeito de todos os percalços - não lhe negará.

Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feiras

E - m a i l :  
ideias.consult@uol.com.br

## **Governo começa projeto-piloto para documento de identidade unificado**

Por Cristiane Bonfanti e Andrea Jubé | De Brasília

O governo federal lançou ontem o projeto-piloto do Documento Nacional de Identificação (DNI), que poderá reunir registros civis como CPF, certidão de nascimento, casamento e título de eleitor. Esta primeira versão do DNI será testada, inicialmente, com os servidores do Ministério do Planejamento e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A expectativa é que ele seja oferecido para a população em geral a partir de julho deste ano. Na mesma cerimônia, o governo autorizou a entrega de um documento de registro provisório a imigrantes que solicitem o reconhecimento da situação de refugiados no Brasil.

Segundo o TSE, o DNI será emitido digitalmente e poderá ser apresentado por meio de celulares e tablets. Quem não tiver uma dessas plataformas poderá ter o número nacional em sua carteira de identidade. Será possível baixar o aplicativo do documento nas plataformas Android e iOS.

O documento usa as bases de dados de biometria do TSE, do governo federal e do Poder Judiciário. Para baixar o aplicativo e ter acesso digital ao documento

será preciso ter feito o cadastramento biométrico na Justiça Eleitoral. No futuro, o DNI deve incluir diversos documentos à medida em que sejam firmados convênios com órgãos públicos para a integração da base de informações.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que a ideia é simplificar e tornar eficiente a identificação dos cidadãos. Segundo ele, o custo unitário do documento digital será de dez centavos. O DNI é resultado do projeto de Identificação Civil Nacional, que tem o objetivo de possibilitar a emissão de um documento único do cidadão brasileiro, válido no território nacional, assim como a autenticação biométrica do cidadão.

As iniciativas foram lançadas em solenidade com a presença de representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário - e até do ex-presidente José Sarney. A maioria quis mostrar em seus discursos a "harmonia" entre os Três Poderes, num momento de embate explícito entre os parlamentares do PT e o Judiciário em torno da discussão sobre a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Temer convidou tanto o atual presidente do TSE, Gilmar Mendes, como o presidente anterior, ministro Dias Toffoli, que havia dado início ao

projeto do documento único. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, também discursou e afirmou que as duas medidas contribuem para o fortalecimento do Estado democrático de direito.

No lançamento, Temer considerou que a criação do DNI tem "caráter humanitário" e ressaltou que, ao lado da medida, há um avanço também no modo de identificação dos estrangeiros que solicitam refúgio. "O solicitante de refúgio ganhará documento que dará acesso à carteira de identidade, CPF, conta bancária", disse o presidente.

Gilmar Mendes afirmou que a concretização do projeto do DNI foi possível graças ao espírito de cooperação, independência e harmonia entre os três Poderes. "É preciso ver esse momento como responsabilidade institucional cooperativa. Se tivéssemos caído em ciladas mesquinhas de querer reconhecimento pela autoria, nós não teríamos avançado", disse o ministro. Dias Toffoli apresentou discurso semelhante: "este é momento de registrar que, unidos, Executivo, Legislativo e Judiciário conseguiram implementar marco importante para a história do Brasil". (Com Agência Brasil)

## Projeção de déficit da Previdência para o ano recua R\$ 1,8 bi, mas ainda deverá ser recorde

Por Edna Simão | De Brasília

Com o reajuste do salário menor do que o previsto inicialmente, a equipe econômica reduziu a projeção de déficit da Previdência Social deste ano em R\$ 1,842 bilhão para R\$ 189,088 bilhões. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional, previa um rombo na previdência dos trabalhadores da iniciativa privada de R\$ 190,930 bilhões.

Apesar da ligeira redução, se confirmado o resultado projetado para este ano, o valor será superior ao déficit apurado em 2017 de R\$ 182,4 bilhões, que foi o maior da série histórica iniciada em 1995. No ano passado, o rombo ficou ligeiramente inferior ao que se esperava, ajudando a diminuir o déficit primário do governo central que fechou o ano em R\$ 124,4 bilhões, abaixo da meta de resultado negativo de R\$ 159 bilhões.

Segundo programação orçamentária e financeira para 2018, divulgada na semana passada pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, a equipe econômica trabalha com a arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de R\$ 403,283 bilhões e de gastos com benefícios de R\$ 592,372 bilhões. Essas

estimativas são inferiores ao que se projetava na LOA, que esperava uma arrecadação de R\$ 405,337 bilhões e despesas de R\$ 596,268 bilhões.

A previsão de receita foi influenciada pela variação correspondente a incorporação de dados realizados até dezembro, além da atualização de parâmetros econômicos. Sob a ótica da despesa, a projeção está atrelada às variações verificadas no salário mínimo e no Índice Nacional de Preços (INPC), cuja estimativa no orçamento era de 3,1% e o realizado ficou em 2,1%. No caso do salário mínimo, a LOA previa um valor de R\$ 965, no entanto, ele ficou em R\$ 954.

O elevado gasto com pagamento de aposentadorias e pensões é um dos principais argumentos do governo para defender a aprovação da reforma da Previdência Social. A ideia é colocar o assunto na pauta de discussões do plenário da Câmara no dia 19. O governo, no entanto, ainda não tem os 308 votos necessários para garantir a aprovação da matéria. Também há forte pressão por mudanças na proposta como a dos servidores públicos que entraram na administração antes de 2003 que defendem uma regra de transição para garantir a integralidade e paridade dos benefícios.

O ministro do Planejamento disse na semana passada que o governo até aceita negociar mudanças no texto, desde que isso gere votos para a aprovação da previdência. Segundo técnico do governo ouvido pelo Valor, existe maior percepção da sociedade sobre a necessidade de um ajuste nas regras de concessão de aposentadoria e pensão, porém, isso, por enquanto, não está sendo suficiente para que os parlamentares votem a favor de mudanças devido ao ano eleitoral. O presidente da Câmara pretende dar por encerrada a reforma da Previdência na terceira semana de fevereiro. Se o governo insistir no tema, comprometerá as outras votações.

A proposta de reforma da Previdência prevê a fixação de uma idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, com equiparação de regras entre os trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos. O governo já fez algumas concessões para ganhar apoio à reforma como, por exemplo, manter as regras atuais de aposentadoria dos trabalhadores rurais (segurados especiais), assim como para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Também foi mantida o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para requerimento da aposentadoria.





## Conta salgada

Nova estimativa de déficit da Previdência para 2018, em R\$ bilhões

	Lei orçamentária anual 2018	Avaliação de fevereiro	Diferença
Arrecadação líquida para o RGPS	405,337	403,283	2,053
Benefícios previdenciários	596,268	592,372	3,896
Déficit	190,930	189,088	1,842

Fonte: Ministério do Planejamento

Em 2017,  
o rombo foi de  
**R\$ 182,4 bi**

## Vale-tudo nas estatais

*José Casado*

Uma empresa estatal acumulou mais de R\$ 9 bilhões de prejuízos nos últimos cinco anos. Já recebeu um socorro de R\$ 6,8 bilhões do Tesouro, mas continua perdendo R\$ 5 milhões por dia. Significa uma drenagem de R\$ 3,5 mil por minuto dos cofres públicos. Ela abriga dez mil pessoas na folha de pagamentos, e considera que quatro em cada dez são “excedentes” porque perdeu 50% da receita. Muitos nem têm mais o que fazer. Em Florianópolis, por exemplo, há uma centena à espera de demissão ou remoção desde meados do ano passado, quando o Aeroporto Hercílio Luz passou para a iniciativa privada. Ainda assim, a Infraero começou fevereiro com a nomeação de 200 novos assessores “de confiança”. Essa estatal combatida é apenas uma das que foram entregues pelo governo Michel Temer ao Partido da República. O donatário, chefe do PR, é um ex-presidiário, condenado e perdoado no caso mensalão.

Valdemar Costa Neto não tem mandato, função pública ou cargo partidário, mas desfruta de intimidade com o poder porque administra 37 votos no plenário da Câmara, reaberta ontem. Ele

gerencia um caixa partidário que neste ano vai engordar 256%, apenas com transferências diretas do Tesouro. Valdemar já garantiu R\$ 146 milhões para as eleições do PR. A influência do partido sobre os negócios e cargos-chave em estatais, ministérios e agência reguladoras, como a de Transportes, é parte do jogo para ampliar a bancada em outubro. O caso do PR de Valdemar é exemplar do loteamento governamental intensificado nos governos Lula, Dilma e, agora, Temer. O resultado está visível nas contas federais e de empresas como Petrobras, Eletrobras, Caixa Econômica, Infraero, Correios e da maioria das outras 144 estatais na última década e meia.

Mês passado, técnicos da Fazenda e do Planejamento analisaram o desempenho de 18 empresas públicas que dependem de repasses mensais do Tesouro Nacional para pagar sua existência — de salários a contas de água e luz. Essas estatais receberam R\$ 49,1 bilhões em injeções de recursos entre 2012 e 2016. E somaram um prejuízo líquido de nada menos que R\$ 62,5 bilhões nesses quatro anos — as perdas correspondem a 39%

do rombo estimado nas contas federais deste ano (R\$ 159 bilhões). O loteamento somado à incúria deixou empresas em situação pré-falimentar, como ocorre com a Infraero, Correios, Casa da Moeda, Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e Empresa Gestora de Ativos (Emgea), entre outras.

Em comum, elas têm as despesas crescentes com pessoal e uma contínua e significativa redução de receitas. A lógica nas decisões administrativas é a de que se a empresa é pública, ela é de ninguém. O regime de vale-tudo permite coisas como a alquimia da ineficiência em virtude. O Ministério do Planejamento acaba de relatar ao Tribunal de Contas que, apesar das perdas acumuladas, mais de uma dezena de empresas estatais dependentes do Tesouro distribuíram gratificações a diretores e empregados sob a justificativa de participação nos resultados. Socializaram o prejuízo e privatizaram um lucro que nunca existiu. Nem no papel.

## Subestimando o risco

Depois de dois anos de considerável avanço reformista, fatores econômicos e políticos conspiram contra o sentido de urgência das forças reunidas em torno do governo Michel Temer (MDB).

De mais visível, há a relativa tranquilidade dos mercados financeiros e os sinais mais visíveis de recuperação dos setores produtivos. As previsões para a expansão do Produto Interno Bruto neste 2018 de eleições aproximam-se mais dos 3% que dos 2%.

A inflação está sob controle e os juros caminham para novo recorde de baixa; as volumosas reservas em dólar do Banco Central e a vigência do teto para as despesas federais garantem, por ora, a solvência do país e do Tesouro Nacional.

De mais recente, mas não menos importante, houve a condenação judicial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tende a tirar da corrida ao Planalto o líder das pesquisas —e principal voz contra a agenda de ajuste liberal.

Se o Datafolha demonstra a resiliência do lulismo, dado que 27% dos entrevistados declaram a intenção de votar em candidato apoiado pelo cacique petista, o fato é que tal candidato inexistente no momento. Ademais, outros 53% dos brasileiros rejeitam tal hipótese.

Nesse cenário, não espanta que o comércio de prognósticos anônimos de Brasília especule sobre o ocaso da reforma da Previdência, enquanto diferentes

setores da coalizão situacionista tratam de seus interesses e estratégias eleitorais.

Por improváveis que sejam, nomes como os do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD), e do próprio Temer ainda circulam como potenciais postulantes ao Planalto.

Ainda que tudo não venha a passar de blefe na negociação de alianças, a disposição de unir forças em prol de um projeto controverso certamente sai prejudicada.

Parece ser da natureza da atividade política subestimar o risco econômico. Tanto quanto possível, prefere-se contar com alguma sorte a dar más notícias ao eleitorado.

Estas hoje seriam: a calma dos mercados é ilusória, a recuperação da renda nacional é frágil e o conserto do Orçamento ainda se encontra em estágio inicial.

O país perdeu a oportunidade de redesenhar seu sistema de aposentadorias enquanto as finanças públicas ainda mostravam razoável solidez; agora, qualquer demora significa menos recursos para outras prioridades ou alta insustentável da dívida pública.

Mesmo que se deixe a tarefa para o próximo governo, até lá será preciso encarar os votantes. O último pleito presidencial já proporcionou um trágico exemplo de campanha descolada da realidade.

## Gastos do governo federal com saúde e educação caem 3,1% em 2017

Orçamento. Recuo ocorreu no primeiro ano de vigência da medida que cria um teto para os gastos públicos; as duas áreas ficaram de fora no ano passado para que o volume de gastos ganhasse um fôlego antes de serem incluídas na nova regra, o que não ocorreu

Adriana Fernandes e Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

As despesas do governo com saúde e educação caíram 3,1% no ano passado em relação a 2016, se descontada a inflação. Em termos nominais, o gasto total nas duas áreas ficou congelado, saindo de R\$ 191,2 bilhões para R\$ 191,3 bilhões, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), feito com base em dados do Tesouro. O recuo chama a atenção por ter sido o primeiro ano de vigência da regra do teto de gastos, que impede que as despesas cresçam acima da inflação.

Saúde e educação ficaram de fora da nova regra no ano passado justamente para que tivessem um fôlego antes de serem incluídas no teto de gastos este ano. A promessa do governo era que essas duas áreas teriam no ano passado um volume de gastos maior do que em 2016, o que não ocorreu. O volume desembolsado em 2017 passará a

ser corrigido pela inflação a partir deste ano até a vigência da regra do teto. Na saúde, o gasto efetivo foi de R\$ 107,2 bilhões, quando o piso estabelecido era de R\$ 109 bilhões. Isso não significa, no entanto, que o governo tenha descumprido a exigência constitucional porque o que valia era o valor que foi empenhado (primeira etapa do gasto público).

Foram empenhados R\$ 114,7 bilhões – valor que está acima do piso. Já na educação, o gasto efetivo em 2017 foi de R\$ 84,04 bilhões, ante R\$ 84,19 bilhões em 2016, uma queda nominal de 0,2% e real de 3,5%. Em termos reais, as despesas têm caído um pouco a cada ano na área da saúde, mas em 2017 o recuo foi maior. Na educação, a queda tem sido mais forte, principalmente na virada de 2014 para 2015 e de 2016 para 2017. Durante as negociações para aprovar o teto de gasto, os parlamentares tinham a preocupação de que o piso se transformasse num teto para os gastos das duas áreas.

Para evitar esse cenário, foi criada uma regra de transição, mantendo em 2017 as vinculações dos gastos à receita. "Foi uma miragem", disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, sobre a promessa na época da votação da emenda constitucional. Ele

destacou que, enquanto as despesas de pessoal nos setores de saúde e educação cresceram 8,2% acima da inflação em 2017, os demais gastos de custeio e capital sofreram queda real de 6,7%. Segundo ele, justamente os gastos mais importantes para a prestação de serviços públicos em saúde e educação foram reduzidos drasticamente.

As ações de assistência farmacêutica, por exemplo, sofreram corte real de 18,7%, enquanto a atenção básica em saúde perdeu 7,7%. "Ficam contando o empenhado, mas o realizado é bem diferente", criticou ele. O presidente da CNM lembrou que o novo regime fiscal prometia pelo menos manter constante o valor real aplicado nesses setores do orçamento, repondo a inflação. De acordo com ele, os municípios estão sofrendo consequências diretas desses cortes. Os repasses da União para municípios na área de saúde e educação caíram (em valores corrigidos pela inflação) de R\$ 68,8 bilhões em 2016 para R\$ 65,5 bilhões em 2017, ou seja, uma queda de 4,8%. "Estamos no limiar de uma grande crise para as prefeituras do Brasil. Esses números de forma eloquente nos mostram o caminho que nós vamos trilhar agora", alertou.







O consultor da CNM Eduardo Stranz destacou que os efeitos do teto do gasto serão mais sentidos quando passar a fase de baixo crescimento do País. "Vamos ter um encolhimento do Estado. Como a emenda congela o gasto público, o orçamento pelos próximos 20 anos, a arrecadação vai crescer e isso não vai refletir no aumento da dotação orçamentária dos ministérios", disse. Na sua avaliação, no futuro haverá cada vez menos investimento público nessas áreas. Ele comparou a criação do teto a um carro que está correndo a 150 km e de repente

freia bruscamente. "Vai causar um acidente. As pessoas vão se machucar", disse. Para ele, é inevitável a revisão do teto. Segundo ele, a execução desses gastos em 2018 vai ser ruim e, em 2019, as pessoas vão começar a entender que haverá menos dinheiro. Para confrontar os números do estudo da CNM, o Ministério do Planejamento usou dados sobre valores empenhados – e não realmente gastos.

A pasta alega que houve um crescimento de 8,62% nos

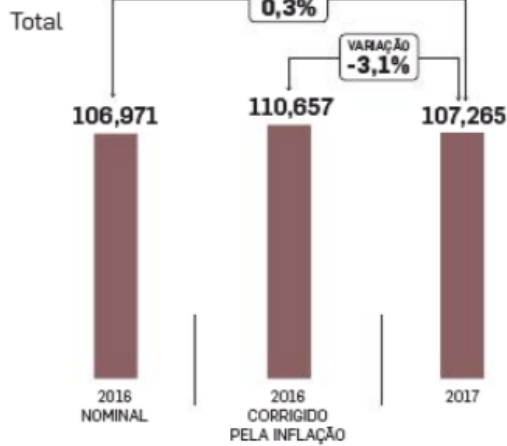
empenhos para saúde, de R\$ 108,268 bilhões em 2016 para R\$ 117,602 bilhões no ano passado. Para a educação, o ministério cita que os empenhos subiram 4,37%, de R\$ 106,738 bilhões para R\$ 111,405 bilhões. O Ministério da Educação respondeu que entende os valores empenhados – apresentados pelo Planejamento – como valores executados, uma vez que, segundo o MEC, trata-se de "gasto certo". O Ministério da Saúde afirmou que os valores executados na Saúde cresceram 137% nos últimos dez anos.

## RECUO

● Gastos com saúde e educação ficaram congelados em 2017. Se considerada a inflação do ano, desembolsos caíram na duas áreas

### Saúde

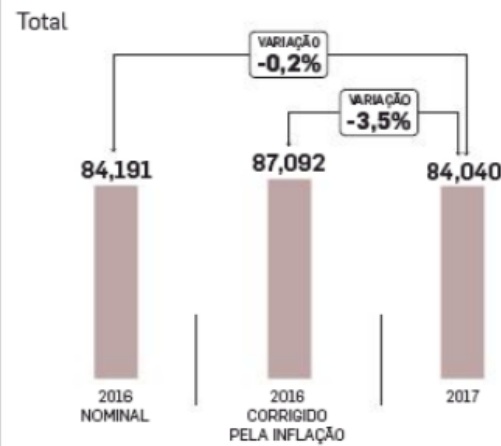
EM BILHÕES DE REAIS



	2016*	2016**	2017
Pessoal	8,163	8,455	8,502
Custeio	93,627	96,854	95,716
Investimentos	4,987	5,159	3,022
Inversões***	0,183	0,189	0,026

### Educação

EM BILHÕES DE REAIS



	2016*	2016**	2017
Pessoal	35,850	37,086	40,758
Custeio	42,024	43,472	38,790
Investimentos	5,747	5,945	4,492
Inversões***	0,569	0,588	0,001

\* Valor nominal; \*\* Corrigido pela inflação; \*\*\* Despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização

FONTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM)

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## CIDADANIA »

# Começam os testes para o documento único



DNI exige cadastro biométrico e reunirá diferentes registros civis

RODOLFO COSTA

A partir de julho, os brasileiros poderão dar entrada no Documento Nacional de Identificação (DNI) que reunirá diferentes registros civis em um só. Esse é o prazo previsto por técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Ministério do Planejamento para o serviço chegar a todos os cidadãos.

O documento dispensará a apresentação de papéis e registros como a identidade, o CPF, o título de eleitor, além de certidões de nascimento ou casamento. Inicialmente, o DNI atenderá, em fase piloto, cerca de 1,5 mil servidores do TSE, e 2,2 mil, do Planejamento. A ideia é testar e validar na prática a real capacidade operacional do DNI, destaca o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino.

O pré-requisito para ter o DNI, destaca o secretário, é estar cadastrado biometricamente na Justiça Eleitoral. Ou seja, inicialmente, a previsão é de que possa ser implantado para até 75 milhões de pessoas, número equivalente ao total de cidadãos inseridos no cadastramento biométrico.

Em um primeiro momento, nem todos deverão ter acesso ao DNI com toda a tecnologia disponível. Isso porque o documento será utilizado via smartphone, pois funcionará como um aplicativo. A documentação ficará hospedada no celular, digitalmente, e poderá ser acessada nos sistemas operacionais iOS e Android.

A tecnologia por trás do DNI promete segurança para o cidadão. As informações só podem ser acessadas com senha, ou seja, em

caso de perda, roubo ou furto do celular, os riscos são baixos de a documentação ser extraviada. Cada digital é verificada e comparada, o que impede a duplicidade do cadastro. A cada novo acesso, a foto da documentação exige um código com data e hora, o que ajuda a prevenir uso por outra pessoa.

### Validação

O assessor de gestão da identificação do TSE, Iuri Camargo Kisovec, defende, no entanto, que o número de smartphones no Brasil já é maior do que a população. Ele ressalta, ainda, que, mesmo quem não tiver acesso ao DNI poderá requerer uma carteira de identidade com o número da documentação única. “Contanto que se faça a validação biométrica na base do TSE. Ainda que não tenha smartphone, terá um documento mais seguro que a média”, sustentou.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, avalia que o DNI “descortina uma imensa avenida de possibilidades”. “É uma solução inteligente, digital, sem burocracia, que, realmente, é flexível e adaptável a todos os tipos de serviços”, avaliou. A expectativa é que, em breve, seja disponibilizado para toda a população, e possa agregar outros tipos de documentos. “O cartão do SUS (Sistema Único de Saúde, por exemplo, pode ser a próxima fase. A identificação de beneficiários dos mais diversos programas poderão ser integrados”, destacou.